

Informe: Reunião da Copert

Ontem, dia 28/7, ocorreu a reunião da Copert (Comissão Permanente de Relações de Trabalho). Reproduzimos a seguir o informe dos pontos discutidos nessa reunião.

Participaram da reunião, pelo Sintusp, os diretores Neli Wada, Solange Conceição, Luís Ribeiro, Rosane Meire e Reinaldo Souza. Conforme deliberado no último CDB,

solicitamos que a reunião fosse gravada. No entanto, os membros da reitoria reafirmaram sua posição de que a reunião não fosse gravada, argumentando que eventualmente discute-se os casos individuais. De todo modo, assim que a ata for finalizada nós divulgaremos para os trabalhadores.

Reitoria faz proposta pra estender prazo de compensação das horas negativas

O primeiro ponto discutido na reunião foi a questão das horas negativas relativas ao atual acordo coletivo. Como sabemos, em teoria o prazo final para compensação das horas negativas e positivas seria 30 de setembro. No entanto, em face da pandemia, a maior parte da categoria está em quarentena desde o final de março, o que tornou impossível realizar essa compensação.

Na última reunião, já havíamos debatido o tema e os membros da reitoria declararam que não pretendiam efetuar o desconto dessas horas em 30 de setembro, e haviam colocado que a MP 927 editada pelo governo federal permitia a extensão dos prazos dos bancos de horas independente dos prazos estabelecidos em acordo coletivo. No entanto, essa medida provisória caducou no Congresso e perdeu a validade, por isso retomamos a discussão para avaliarmos o melhor encaminhamento para evitar prejuízos aos funcionários.

O Sindicato reafirmou nossa reivindicação de que as horas fossem abonadas, tendo em vista a situação excepcional de pandemia (e que os casos dos funcionários com horas positivas fosse discutido à parte). Agregamos

como argumento o fato de que muitos funcionários seguem trabalhando de maneira remota, inclusive com sobrecarga de trabalho, especialmente as mulheres, sobre as quais normalmente recai o peso do trabalho doméstico. No entanto, a reitoria negou totalmente a possibilidade de abonar essas horas.

Ainda assim, a reitoria apresentou uma proposta de estender o prazo para compensação das horas por 6 meses, a contar do retorno integral das atividades presenciais, através de um aditivo ao atual acordo. Ou seja, o prazo só começaria a contar quando houver o retorno presencial em situação de normalidade, pois enquanto perdurar a pandemia dificilmente esse retorno poderá ocorrer, como foi enfatizado pelos próprios membros da reitoria.

Ficou encaminhado que os membros da reitoria farão a redação da proposta nos próximos dias para que possamos submetê-la à Assembleia virtual, que realizaremos no dia 11 de agosto (com horário e plataforma ainda a ser definida).

Prof. Matelatto, presidente da Copert, diz ser improvável retorno ainda neste ano

O segundo ponto da pauta que encaminhamos para a reunião era um pedido de esclarecimento acerca do Comunicado nº 2 do Grupo de Trabalho instituído pela reitoria para avaliar os protocolos de retorno das atividades presenciais. Este comunicado

preparava o retorno das atividades de laboratório. Entretanto, o próprio GT teve que soltar uma nota de esclarecimento na qual reafirmava que não estava autorizado o retorno das atividades de laboratório em geral, e



reafirmando a manutenção das atividades remotas.

De todo modo, pedimos esse esclarecimento porque alguns dirigentes estão apoiando-se no ponto 3 do referido documento, que permite ao dirigente estabelecer algumas atividades excepcionais e emergenciais, para tentar fazer retornar atividades regulares. Recebemos essa denúncia da Enfermagem e da Esalq, por exemplo.

Embora os membros da Copert tenham declarado que não são membros do referido Grupo de Trabalho, o Prof. Mantelatto,

presidente da Copert, afirmou em alguns momentos da reunião que ele considera improvável que o retorno das atividades presenciais ocorra ainda esse ano, ainda que tenha enfatizado que se tratava de uma posição pessoal. De todo modo, o fato de ser um membro da administração faz com que essa posição tenha importância.

Da nossa parte, reafirmamos nossa reivindicação de que a quarentena seja mantida, para preservar a vida dos milhares de funcionários da universidade. Esperamos que a reitoria mantenha esse compromisso!

Calendário para Discussão do Novo Acordo Coletivo de Trabalho

Também colocamos na pauta a solicitação para estabelecermos um calendário para debater os pontos para o novo Acordo Coletivo. Como realizaremos Assembleia no dia 11 de agosto, ficou definido que encaminharíamos até o dia 14/8 quais os pontos a serem debatidos.

Lembramos que há algumas reivindicações históricas da categoria, como os temas relacionados à saúde (aceitação de atestados de fisioterapia, psicologia dentre outros), incentivos à formação, etc. Vamos fazer esse levantamento e encaminhar novamente para definirmos esse calendário de discussão.

Reunião sobre Sesmt e denúncias sobre a situação do HU

Na pauta, também estava a solicitação de realização de uma reunião específica para tratar as questões do Sesmt. Antes do início da pandemia, houve medidas que precarizavam as condições do Sesmt, além de ataques como o fim do serviço social no Sesmt.

O Prof. Mantelatto informou que ligou para o superintendente do HU, o Paulo Margarido, que agora também é responsável pelo Sesmt, e que ficou acertado que o sindicato deveria encaminhar um ofício solicitando o agendamento dessa reunião, com a Copert copiada.

Diante disso, aproveitamos para denunciar que Paulo Margarido, como superintendente do HU, tem uma postura de total descaso para com os trabalhadores. Lembramos que desde o início da pandemia, estamos pedindo reuniões com a superintendência para tratarmos de diversos

problemas que ocorrem com os trabalhadores do hospital, e na maior parte dos casos não temos nenhuma resposta!

Destacamos também situações sérias que seguem ocorrendo no HU, como a negativa de afastamento das lactantes nesse período de pandemia. Questionamos os membros da Procuradoria Geral sobre o tema, já que a superintendência do hospital alega que está esperando um parecer da PG para afastar as lactantes. Os membros da PG que estavam na reunião se responsabilizaram em fazer esse levantamento, embora tenham destacado que não se recordavam de haver essa pendência.

Ao final, ficou encaminhado que mandaríamos o ofício solicitando a reunião sobre o tema do Sesmt, e que poderíamos voltar a discutir as questões do HU em outra oportunidade, já que a princípio não estava na pauta.

Outros Pontos

1) Cláusulas econômicas

Fizemos também outros dois questionamentos. O primeiro sobre a questão do fundamento legal que impediria a inclusão de cláusulas econômicas no acordo coletivo. O membro da PG colocou que se trata da Orientação Jurisprudencial nº 5 da Seção de

Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho, que estabelece que para funcionários públicos só é possível constar na convenção coletiva temas de natureza social, e não econômicas. Citamos o exemplo dos metroviários, que tem cláusulas econômicas no



acordo coletivo deles. Sobre isso, foi esclarecido de que o metrô é uma empresa de

economia mista, que é diferente da USP, que é um ente público.

2) FGTS

O segundo questionamento sobre o FGTS, se já houve regularização dos depósitos por parte da universidade. O Professor Mantelatto destacou que isso não passava pelo DRH, e

sim pelo departamento de finanças. Encaminhamos ofício para o departamento de finanças, que já nos respondeu. Encaminhamos abaixo a resposta:

Prezados, boa tarde.

Gostaria de informar que o depósito do FGTS foi realizado pela USP, na respectiva data de vencimento.

Para os servidores que estão encontrando divergências, recomendo que procurem a Caixa Econômica Federal.

Atenciosamente,

Profa. Mara Jane Contrera Malacrida

Departamento de Contabilidade e Atuária - FEA

Diretora Geral do Departamento de Finanças - Reitoria USP

Assembleia Geral dos funcionários da USP – Virtual 11 de agosto

Horário e ferramenta de acesso ainda a definir

Metroviários de São Paulo suspendem a greve após recuo do governo

Os metroviários de São Paulo demonstraram que somente a força da nossa luta pode reverter os ataques dos governos e dos patrões, que querem jogar os efeitos dessa crise nas nossas costas. Após decretarem a greve, o governo e a empresa, que até então estavam irredutíveis, e que já haviam negado todas as propostas de mediação que tinham sido feitas, recuaram em boa parte dos ataques que pretendiam fazer aos trabalhadores.

Diante disso, o sindicato convocou uma consulta virtual ainda durante a madrugada, e com a participação de mais de 1.700 metroviários, decidiram por suspender a greve.

Apesar da campanha da empresa, do governo e da mídia, que tenta vender a ideia de que os trabalhadores devem aceitar calados o desemprego e as retiradas de direitos, os metroviários mostraram que é possível resistir aos ataques.

Conforme declarou o companheiro Altino Prazeres, que é um dos coordenadores do sindicato dos metroviários e membro da nossa central sindical, a CSP-Conlutas, em entrevista para o Bom dia São Paulo da rede Globo: *“A pergunta é: por quê os bilionários ficam mais ricos, inclusive durante a pandemia, e os trabalhadores que tem que arcar com os custos dessa crise?”*

Assista a íntegra da entrevista no link: <https://www.facebook.com/watch/?v=282268963028126>

Vidas Negras Importam! Basta!!!

REINTEGRAÇÃO DO BRANDÃO E RETIRADA DOS PROCESSOS!

Sede Fernando Legaspe (Fernandão) Av. Prof. Almeida Prado, 1362, Cidade Universitária, Butantã, São Paulo-SPCEP: 05508-070 - Tel: 3091 4380/4381 - 3814-5789- email: sintusp@sintusp.org.br – site: www.sintusp.org.br